



ENTRE
AVANÇOS
E RETROCESSOS
NA AMÉRICA LATINA

REFLEXÕES SOBRE A RATIFICAÇÃO DA C189
DA OIT NO BRASIL, COLÔMBIA E EQUADOR

2 0 2 1



ENTRE
AVANÇOS
E **RETROCESSOS**
NA AMÉRICA LATINA

REFLEXÕES SOBRE A RATIFICAÇÃO DA C189
DA OIT NO BRASIL, COLÔMBIA E EQUADOR

T383e Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos
Entre avanços e retrocessos na América Latina [recurso eletrônico] :
reflexões sobre a ratificação da C189 da OIT no Brasil, Colômbia e Equador /
Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos. – Porto Alegre, RS :
Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, 2021. 49 p. ; PDF ; 5,34 MB.

Inclui bibliografia e índice. ISBN: 978-65-87579-06-1 (Ebook)

1. Gênero. 2. Trabalhadoras domésticas. 3. Convenção 189.
4. Organização Internacional do Trabalho - OIT.
5. América Latina. 6. Brasil. 7. Colômbia. 8. Equador. I. Título.

2021-2241

CDD 306.43

CDU 316.7

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático

1. Gênero 306.43

2. Gênero 316.7

Copyright© Themis . Gênero, Justiça e Direitos Humanos

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

E-book Entre avanços e retrocessos na América Latina: reflexões sobre a ratificação
da C189 da OIT no Brasil, Colômbia e Equador . Junho 2021

Edição Themis . Gênero, Justiça e Direitos Humanos

Consultoria Editorial Jussara Bordin

Projeto Gráfico Beatriz Canozzi Conceição

Autora Thays Monticelli

Projeto Mulheres, Dignidade e Trabalho

Programa Julieta Hernández . Coordenadora Regional do Programa Igual Valor,
Iguais Direitos . CARE LAC
Marina Ogier . Responsável pelo Departamento de Programas
Assessora de Gênero . CARE França

Executoras Brasil Themis . Gênero, Justiça e Direitos Humanos
FENATRAD . Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

Coordenação Técnica Márcia Soares, Jéssica Miranda Pinheiro e Priscila de Freitas
Themis . Gênero, Justiça e Direitos Humanos
Luiza Batista
FENATRAD . Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

Coordenação Técnica Regional Nubia Zambrano Mendoza
Alejandra Gavilanes Jimenez
IGS . CARE LAC

Financiamento Agência Francesa de Desenvolvimento . AFD
CARE LAC . CARE USA . CARE FRANÇA

Sindicatos Parceiros Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Município do Rio de Janeiro . RJ
Sindicatos dos Trabalhadores e Empregados Domésticos de Nova Iguaçu . RJ

Themis

Gênero, Justiça e

Direitos Humanos

Rua dos Andradas 1137/ 2205

Porto Alegre . Rio Grande do Sul

CEP 90020-015

<http://themis.org.br/>

FENATRAD

Federação Nacional das

Trabalhadoras Domésticas

SCS Quadra 2 Bloco C Lote 104

Edf. Goiás 604 Asa Sul

Brasília . Distrito Federal

CEP 70.317-900

<https://fenatrad.org.br/>

*Esta publicação é co-financiada pela
Agência Francesa de Desenvolvimento.*

*O conteúdo desta publicação é
responsabilidade exclusiva de*

CARE LAC e de Themis .

*Gênero, Justiça e Direitos Humanos
e em nenhum caso se deve considerar
que reflete os pontos de vista da
Agência Francesa de Desenvolvimento.*

ABREVIATURAS

AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
CI 89	Convenção nº 189
CACEH	Centro de Apoyo y Capacitación para Empleadas del Hogar
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CONLACTRAHO	Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estadística
ENEMDU	Encuesta Nacional de Empleo, Desempleo y Subempleo
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FIFTH	International Domestic Work Federation
GEIH	Gran Encuesta Integrada de Hogares
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
R201	Recomendação nº 201 da OIT
OIT	Organização Internacional do Trabalho
UNTHA	Unión Nacional de Trabajadoras del Hogar y Afines
UTRASD	Unión de Trabajadoras Afrocolombianas del Servicio Doméstico

SUMÁRIO

Apresentação	7
Resumo	9
Capítulo 1 Introdução	10
Capítulo 2 Metodologia	12
Capítulo 3 Condições do trabalho doméstico remunerado: pandemia e os indicadores de desigualdade	15
Capítulo 4 Convenção 189 e recomendação 201 da OIT: ratificações e organização política das trabalhadoras domésticas remuneradas	25
Capítulo 5 Ratificação da convenção 189 no Brasil, Colômbia e Equador	31
Conclusões e apontamentos	42
Referências bibliográficas	44



APRESENTAÇÃO

Assim como a flor da poesia de Drummond¹, que nasceu na rua e furou o asfalto, o movimento organizado de trabalhadoras domésticas rompeu limites e conquistou padrões internacionais importantes para a categoria, formada majoritariamente por mulheres negras, indígenas e não-brancas na América Latina e Caribe, tornando-se inspiração e símbolo de resistência. Os requisitos mínimos a serem observados internacionalmente estão descritos na Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que em junho de 2021 completa dez anos, e na sua Recomendação 201.

O caminho para a construção da norma internacional da OIT foi múltiplo e contou com a parceria de muitas organizações engajadas, especialmente com o protagonismo da categoria. De alianças e de construções coletivas é pavimentada também essa publicação, parte do Projeto “Mulheres, Dignidade e Trabalho”, no âmbito do Programa “Igual Valor, Iguais Direitos”. Realizado na Colômbia e no Equador por CARE, Fundación Bien Humano, Untha (Unión Nacional de Trabajadoras del Hogar y Afines) e Utrasd (Unión de Trabajadoras Afrocolombianas del Servicio Doméstico). Já no Brasil, quem o desenvolve é a FENATRAD (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas) e a Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, organizadoras deste estudo, em conjunto com CARE LAC.

A THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos é uma Organização da Sociedade Civil criada em 1993 a partir da iniciativa de um conjunto de ativistas organizadas, com o intuito de integrar um amplo movimento de democratização do Judiciário e do país;

¹“Posso, sem armas, revoltar-me? / (...) / Sua cor não se percebe. / Suas pétalas não se abrem. / Seu nome não está nos livros. / É feia. Mas é realmente uma flor. / Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde / e lentamente passo a mão nessa forma insegura. / Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se. / Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico. / É feia. Mas é uma flor. / Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.” Trecho do poema “A flor e a náusea”, do livro *A rosa do povo*, de 1945, de Carlos Drummond de Andrade.

mais especificamente através da promoção do acesso à justiça e do empoderamento legal de mulheres. Desde 2013, se dedica a desenvolver um programa com e para trabalhadoras domésticas remuneradas, principalmente por meio de capacitação acerca de seus direitos e da manutenção de uma rede ativa de comunicação e organização, em parceria com a FENATRAD e seus sindicatos.

A FENATRAD é uma associação formada por 22 sindicatos e mais uma associação, representando uma categoria formada por 4,8 milhões de trabalhadoras domésticas. Seguindo os passos de Laudelina de Campos Melo, trabalhadora doméstica que criou a primeira associação da categoria em 1936, a FENATRAD luta incessante e constantemente para a garantia e efetivação dos direitos das trabalhadoras. Durante a pandemia da COVID 19 se manteve à frente de uma ampla mobilização para evitar o retrocesso dos direitos já conquistados.

CARE é uma organização humanitária que lidera o combate à pobreza global e fornece assistência vital em emergências. No último ano fiscal, a CARE trabalhou em 100 países e alcançou diretamente quase 70 milhões de pessoas. O Programa Igual Valor, Iguais Direitos é a estratégia de multiplicação do impacto da CARE na América Latina que busca fazer avançar os direitos de milhões de trabalhadoras domésticas na região. Iniciativas como o “Projeto Mulheres, Dignidade e Trabalho” buscam contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), da Agenda 2030: 1) Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas (objetivos 5.1, 5.2, 5.4, 5.5) e 2) Objetivo 8: Trabalho decente e crescimento econômico (objetivo 8.8).

Ao analisar os avanços e retrocessos sobre a ratificação da Convenção 189 na região, tendo um foco nos países que formam parte do projeto, é possível perceber que há limites socioculturais engendrados para o não-reconhecimento dos direitos da categoria. Mesmo nos países que tem legislação vigente, muitas vezes essas não são cumpridas e se nota um baixo índice de formalização das trabalhadoras domésticas. O estudo evidencia essas disparidades.

Citando uma das lideranças do movimento de trabalhadoras entrevistada neste estudo: “Acredito que ainda que estejamos no meio de uma crise de saúde e econômica, nossa voz pôde se expandir e talvez quem não a estava escutado, agora escute”, espera-se que com esta análise comparativa a pessoa leitora possa ouvir as vozes que ecoam muito além da letra fria da lei.

ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS NA AMÉRICA LATINA

REFLEXÕES SOBRE A RATIFICAÇÃO DA C189
DA OIT NO BRASIL, COLÔMBIA E EQUADOR

THAYS MONTICELLI²

Resumo: Esse estudo tem por objetivo fazer uma análise comparativa sobre o processo de ratificação da Convenção 189 e sua Recomendação 201 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) no Brasil, Colômbia e Equador, buscando compreender esses processos em um quadro normativo amplo da América Latina e do Caribe. Como metodologia, esse estudo contou com abordagens inovadoras, pois realizou tanto entrevistas semiestruturadas com sindicalistas e ativistas históricas do movimento organizado de trabalhadoras domésticas remuneradas, abarcando o ponto de vista e a importância da Conlactraho nesses processos; como utilizou análise documental dos informes já produzidos no âmbito desse mesmo projeto. Percebe-se a partir dessa análise que América Latina e o Caribe tem quadro político vasto em termos de ratificações da C189, que se conecta diretamente com as atuações históricas do movimento sindical na região. Nota-se, no entanto, que o reconhecimento estatal da C189 ainda não acompanha transformações efetivas para as trabalhadoras domésticas remuneradas, que se encontram desprotegidas e na informalidade - quadro que se agrava profundamente com a pandemia do novo coronavírus. Esse estudo faz parte do “Projeto Mulheres, Dignidade e Trabalho”, desenvolvido por CARE, Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, Fundación Bien Humano, FENATRAD, UNTHA e UTRASD, co-financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), CARE LAC, CARE USA, CARE FRANÇA.

Palavras-chave:

Convenção 189; sindicatos; América Latina; Conlactraho; pandemia.

²Pós-doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

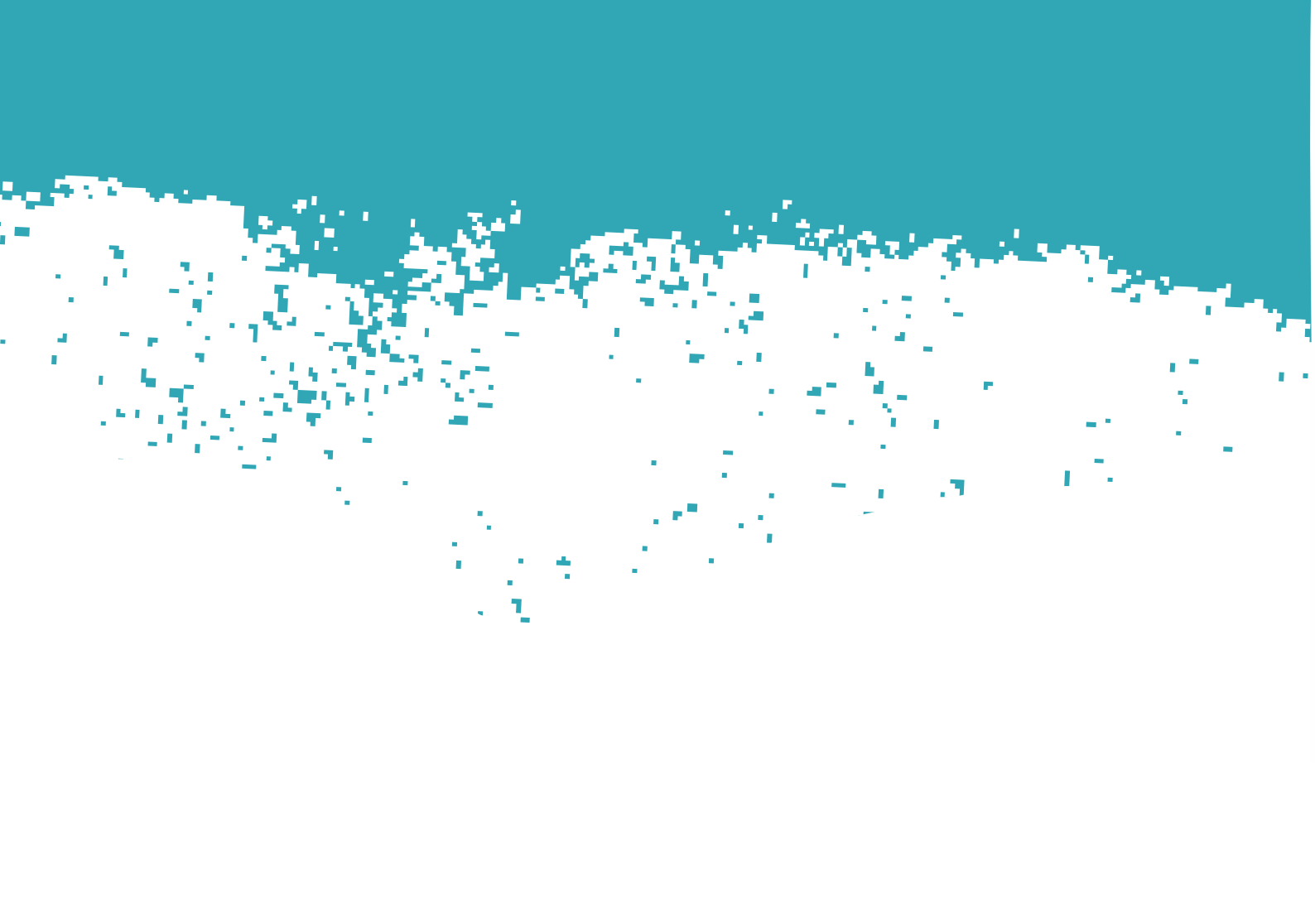
1

INTRODUÇÃO

América Latina e Caribe concentram o maior número de ratificações da Convenção 189 (C189), aprovada em 2011 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), chamada “Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos”, acompanhada pela Recomendação 201 (R201), de mesmo título. A C189 tem por objetivo garantir direitos básicos para essas trabalhadoras, focando principalmente nas formas dignas de trabalho e sua vinculação com os princípios de direitos humanos, através do seu conceito de trabalho decente.

Nesses dez anos desde sua aprovação, 18 países da região já finalizaram todo o processo interno para sua ratificação, representando um importante marco político para a implementação de melhores condições de trabalho para as trabalhadoras domésticas remuneradas. Em relação a esse quadro, destaca-se a forte trajetória sindical da categoria, sendo caracterizada como um elemento central para compreender os avanços normativos e de direitos trabalhistas. Contudo, como assinalam as próprias sindicalistas e seus apoiadores, o maior desafio é a incorporação real dessas normativas na vida dessas mulheres que, majoritariamente, se encontram desprotegidas, na informalidade e vivenciando profundas vulnerabilidades socioeconômicas – agravadas ainda mais durante a pandemia do novo coronavírus.

Nesse sentido, o objetivo desse estudo é analisar esse quadro mais amplo de ratificações e suas contradições: entre avanços políticos e os retrocessos em termos de implementação real dessa normativa. Para isso buscamos trazer alguns índices e



estudos sobre a América Latina e Caribe, além das vozes e percepções das militantes que estão à frente de todo esse processo; como forma de evidenciar esses pontos, apresentamos a realidade do Brasil, da Colômbia e do Equador em suas similitudes, uma vez que esses países são receptores do Projeto “Mulheres, Dignidade e Trabalho”, possibilitando adentrar para essas questões em profundidade.

Além dessa introdução, o estudo segue com a descrição da metodologia, apresentando os estudos já realizados no âmbito desse mesmo projeto nos três países, além das entrevistas realizadas para essa pesquisa. Em seguida, analisamos as condições de vida e trabalho das trabalhadoras domésticas remuneradas, trazendo alguns dados sobre a pandemia do novo coronavírus na região e a importância das ações sindicais. O quarto capítulo traz a descrição analítica do processo de ratificação da C189 na América Latina e Caribe, assim como as estratégias de formação e atuação da Conlactraho. O quinto capítulo traz o processo de ratificação no Brasil, Colômbia e Equador, mostrando justamente os retrocessos e as contradições entre esses avanços normativos e a ausência de políticas públicas que pudesse, de fato, implementá-las nos respectivos países.

Este estudo é cofinanciado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), CARE LAC, CARE USA, CARE FRANÇA

2

METODOLOGIA

A metodologia usada para fazer análises comparativas, carrega em si a complexidade entre demonstrar aspectos mais gerais de cada país sobre determinados pontos, ao mesmo tempo que se preocupa em não “apagar” as especificidades contextuais e culturais das realidades locais, que pode interferir nos resultados de como cada país opera suas políticas públicas (Franco, 2000). No caso da Convenção 189 e Recomendação 201 da OIT – uma normativa internacional que visa sua implementação no maior número de países possíveis –, compreender como cada país opera seu processo de ratificação pode nos apresentar os caminhos para o enfrentamento às desigualdades que estruturam esse setor de trabalho. Nesse sentido, essa pesquisa se inspira em Sabrina Marchetti (2018), que compreende que as ações políticas dos movimentos sociais, diálogos com o Estado e as transformações políticas e sociais mais amplas em cada um dos países, influenciam a maneira como cada país recebe e incorpora a C189 e a R201.

A análise comparativa realizada no âmbito desse estudo não tem por objetivo criar índices que operam em demonstrar “progressos” ou “diferenças” entre os países, mas sobretudo, evidenciar os caminhos traçados por cada um deles, seus desafios e avanços.

Assim, a metodologia desse estudo parte do aporte teórico e conceitual do feminismo interseccional, que tem como princípio analisar as desigualdades e vulnerabilidades a partir dos sistemas de opressão dos sujeitos (Collins, 2017); tanto a análise dos dados quantitativos, quanto dos dados qualitativos vão seguir com a compreensão dessas desigualdades e como elas se estruturam. Para além disso, a

interseccionalidade enquanto base metodológica garante realizar uma análise comparativa situada, bem localizada em seus contextos, que se faz totalmente consonante com a proposta do estudo.

O campo de pesquisa foi concretizado por meio de análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. Os documentos utilizados para esse estudo foram os já produzidos pelas equipes do Brasil, Colômbia e Equador, que se chamam:

- “O Caso do Brasil: estudo sobre a Convenção 189, Recomendação 201 e Lei Complementar nº 150/2015”³;
- “Actualización del estado de situación en el cumplimiento de los derechos humanos y laborales de las trabajadoras remuneradas del hogar en Colombia y propuestas de incidencia para el cumplimiento del Convenio 189 en el de políticas públicas locales o regionales”⁴;
- “Actualización del estado de situación en el cumplimiento de los derechos humanos y laborales de las trabajadoras remuneradas del hogar en Ecuador”⁵.

É importante dizer que esses estudos apresentam dados estatísticos e análise das condições reais em que vivem as trabalhadoras domésticas remuneradas nos três países, principalmente nos pontos evidenciados pelo “Programa Igual Valor, Iguais Direitos” (informalidade, jornada de trabalho, condição salarial, violência e assédio).

³Disponível em: <http://themis.org.br/wp-content/uploads/2020/07/O-CASO-DO-BRASIL-ESTUDO-SOBRE-A-CONVEN%C3%87%C3%83O-189-RECOMENDA%C3%87%C3%83O-201-E-LEI-COMPLEMENTAR-150.15.pdf>

⁴Disponível em: <https://www.care.org.ec/wp-content/uploads/2021/02/INFORME-TRH-DIGITAL-feb.pdf>

⁵Disponível em: <https://www.care.org.ec/project/actualizacion-del-estado-de-situacion-en-el-cumplimiento-de-los-derechos-humanos-y-laborales-de-las-trabajadoras-remuneradas-del-hogar/>

Em relação às entrevistas, foram entrevistadas uma gama de sindicalistas e ativistas, que puderam apresentar seus pontos-de-vista, trazer a realidade do que realmente estava se passando com as trabalhadoras domésticas remuneradas na América Latina e Caribe e colocar suas vozes sobre o processo de ratificação. Além disso, através dessas narrativas foi possível compreender a historicidade e importância da luta sindical para o processo de ratificação da C189 na região. Foram entrevistadas:

- **Luiza Batista** . Brasil . Fenatrad
- **Claribed Palacios** . Colômbia . Utrasd
- **Lenny Quiroz** . Equador . Untha
- **Carmen Cruz** . Costa Rica . Conlactraho
- **Casimira Rodriguez** . Bolívia . fundadora Conlactraho, ativista e ex-Ministra da Justiça
- **Marcelina Bautista** . México . CACEH
- **Elena Perez** . República Dominicana
ativista e Conlactraho

É importante dizer que o nome de todas as entrevistadas se manteve no estudo, compreendendo a importância de suas representatividades e instituições, sendo acordado e autorizado por elas.

Segue-se, assim, com a apresentação de aspectos mais gerais sobre a situação das trabalhadoras domésticas remuneradas na pandemia na região e pela descrição do perfil dessas mulheres no Brasil, Colômbia e Equador.

3

CONDIÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO PANDEMIA E OS INDICADORES DE DESIGUALDADE

América Latina e Caribe passava por um momento de recessão econômica antes mesmo da pandemia, aumentando os índices de desigualdades socioeconômicas e colocando diversos indivíduos em estado de pobreza (Cepal, 2021a). De acordo com Blofield e Jokela (2014), o trabalho doméstico remunerado se conecta diretamente com as disparidades de renda, sendo essa região a que mais concentra trabalhadoras da categoria no mundo. Os dados da própria Organização Internacional do Trabalho (2020) apontam aproximadamente 18 milhões de trabalhadoras domésticas remuneradas na América Latina e Caribe, representando uma média de 10,5% e 14,3% das mulheres empregadas na região. Os países que apresentam os maiores índices de mulheres empregadas no setor são: Paraguai, Argentina e Brasil.

A categoria profissional é formada, na região, majoritariamente por mulheres (93%), trabalhando na informalidade (77,5%), sendo que esses índices chegam a cifras ainda maiores na América Central (97%), seguido pelo Caribe (superior a 90%), e pelos países andinos (81,9%). A América do Sul registra 63% de trabalhadoras na informalidade, com algumas desigualdades dentro mesmo do Cone Sul: o Uruguai registra 70% de trabalhadoras formalizadas, enquanto Bolívia, Paraguai e Peru registram menos de 10% (OIT, 2020). A média salarial é 50% inferior em comparação com o rendimento de outras ocupações. Esse quadro de desigualdades ainda é agravado, considerando que a maior parte dessas trabalhadoras são negras (63%) e indígenas (OIT, 2020); no Brasil, por exemplo, o trabalho doméstico remunerado emprega, em sua maioria, mulheres negras (mais de 60%), e no Chile 8,7% disseram pertencer a grupo étnico, sendo 7,9% se declararam *mapuches* (OIT, 2016). De acordo com Fraga e Monçores (2021), os coeficientes de desigualdades sociais são explicativos sobre a incidência desse trabalho na região.

Essa realidade acaba por formar o que especialistas denominam “rede global de cuidado”, uma vez que os processos migratórios também se fazem presentes (OIT, 2020). Ressalta-se o aspecto migratório inter-regional, já que os países da região apresentam índices de desenvolvimento econômico distintos: destaca-se a migração de trabalhadoras peruanas para o Chile, bolivianas e paraguaias para a Argentina e de nicaraguenses para Costa Rica (cerca de 17% das trabalhadoras domésticas remuneradas no país são migrantes da Nicarágua) (Blofield, Jokela, 2014). Observa-se que essas mulheres têm condições de trabalho ainda mais precárias do que as “locais”, pois se empregam por extrema necessidade, recebendo assim salários mais baixos (OIT, 2020).

Durante a pandemia do novo coronavírus, essas desigualdades se agravaram profundamente, tornando a situação das trabalhadoras latino-americanas e caribenhas alarmante, com altos índices de desemprego, violações de direitos básicos, alta exposição ao vírus da Covid-19 (Sars-CoV-2), aumento de preconceitos e controle dessas mulheres (Cepal, 2021). Além disso, soma-se as desigualdades vivenciadas de forma mais ampla, como a crise econômica que tem se instaurado nos países latino-americanos e caribenhos, afetando diretamente a renda dessas mulheres e seu acesso a suprimentos básicos, como por exemplo, alimentos, água, medicamentos (Informes CARE, 2020). Essas mulheres também passaram a ter que cuidar mais de suas casas e famílias, pois as escolas e creches permaneceram muito tempo fechadas, sendo elas as principais responsáveis pela atenção aos filhos. Nesse sentido as desigualdades vivenciadas são múltiplas, tanto em seus trabalhos enquanto trabalhadoras domésticas remuneradas, como em suas vidas privadas e íntimas.

De acordo com o levantamento publicado recentemente pela Cepal (2021), as mulheres tiveram um retrocesso na participação no mercado de trabalho equivalente a uma década, durante o primeiro ano de pandemia em toda a região. Os níveis de vulnerabilidade e desigualdade aumentaram significativamente, entre abril e junho de 2020, a Colômbia registrou uma taxa de 24,6% de mulheres desempregadas; o Brasil, 14,9% de mulheres que perderam seus empregos; e o Equador registrou uma taxa de 8% de desempregadas (Cepal, 2021). O trabalho doméstico remunerado é apontado como um dos segmentos mais afetados economicamente e em termos de vulnerabilidades frente à Covid-19 em toda América Latina e Caribe.

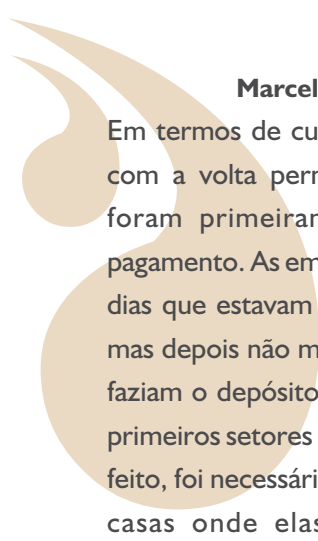
Não por acaso, no dia 30 de março de 2020, as trabalhadoras dos Sindicatos e Associações de Trabalhadoras do Lar/ Trabalhadoras Domésticas/ Trabalhadoras de Casas Particulares do MERCOSUL e da Região Andina, emitiram uma nota de “Alerta e Ajuda” aos governos da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai, assim como para instituições internacionais e sociedade civil solicitando atenção e políticas públicas específicas, que pudessem abarcar as necessidades econômicas e de proteção dessa categoria profissional (OIT, 2020).

Esse capítulo tenta compreender o caos instaurado pela pandemia na região a partir da experiência da Conlactraho (Confederação Latino Americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas), das vozes de suas militantes e dados estatísticos colhidos por esta organização. Dessa forma é possível visualizar a pandemia através da realidade vivenciadas pelas próprias trabalhadoras domésticas remuneradas, como pela perspectiva de suas insistentes lutas.

3.1

O trabalho doméstico remunerado, pandemia e organização política na região

Os dados colhidos pela FIFTH (Federação Internacional de Trabalhadoras Domésticas) e pela Conlactraho – publicados no artigo “Right to health, right to live: domestic workers facing the COVID-19 crisis in Latin America” (Acciari, Britez, Pérez, 2021) –, mostram que das trabalhadoras domésticas remuneradas que responderam o questionário, 70% eram informais e 62% não tinham acesso a seguridade social, ou nem sabiam o que eram essas normativas de direitos. Alguns países específicos apresentaram cifras um tanto quanto preocupantes, como por exemplo, o Paraguai, a Guatemala e El Salvador, onde o acesso à seguridade social era menor que 10%. Os países com os maiores índices eram a Argentina, Colômbia e Brasil, com cifras maiores que 40%. O trabalho doméstico remunerado era a principal fonte de renda de 92% das respondentes, 68% eram as principais provedoras de suas famílias; 40% eram diaristas (ocupação mais afetada pela pandemia) e 8% moravam na residência dos empregadores. A média salarial das trabalhadoras domésticas remuneradas era inferior ao salário-mínimo nacional de todos os 14 países membros da Conlactraho.



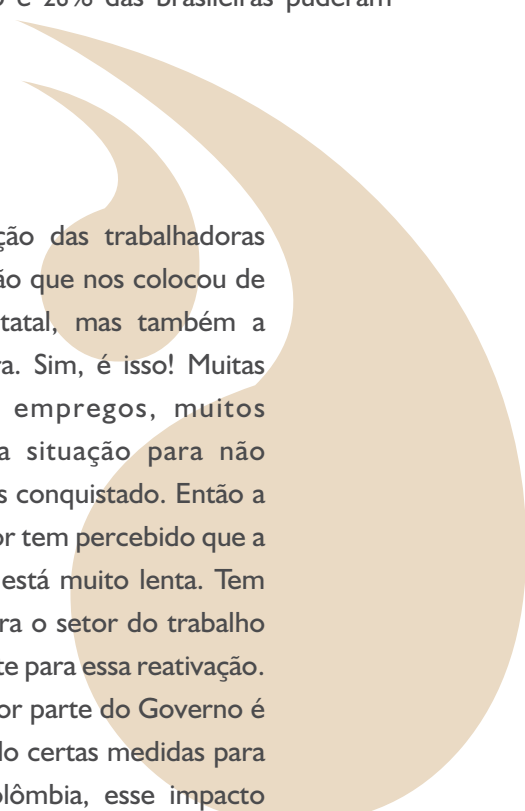
Marcelina Bautista Bom, pois segue...complicado. Em termos de cuidado com as trabalhadoras, não é? Agora com a volta permanente ao trabalho, muitas, mas muitas foram primeiramente mandadas para suas casas sem pagamento. As empregadoras prometeram que iriam pagar os dias que estavam aguardando e todos cumpriram com isso, mas depois não mais, já não atendiam mais o telefone, já não faziam o depósito e pediram para voltar, porque foi um dos primeiros setores que voltaram ao trabalho e isso é que nos foi feito, foi necessário criar um protocolo para as casas e para as casas onde elas trabalhavam, para o cuidado delas [trabalhadoras] e de suas empregadoras, incluindo os direitos trabalhistas que estão na lei. Depois, bem, mesmo com todo esse desempenho, as empregadoras começaram a despedir injustificadamente, ou não queriam que entrassem em suas casas. Por quê? Porque elas [trabalhadoras] andam nas vias públicas e não querem se contaminar. Então... agorinha, agorinha mesmo muitas continuam trabalhando um dia, um dia a cada quinze dias ou quando o empregador quer. Isso não é normal, e é isso que acontece nesses momentos. E então, bom, perante toda essa situação, estamos tentando encontrar distintas alternativas de apoio para as trabalhadoras domésticas⁶.

Há um elemento muito importante na fala de Marcelina Bautista, que é a ideia das promessas não cumpridas dos empregadores e de suas negociações durante a pandemia. No Brasil, algo parecido se estabeleceu, as empregadoras por um tempo estavam dispostas a fazer a dispensa remunerada, mas logo não sustentaram essa iniciativa. Pediram para que a trabalhadora doméstica remunerada retornasse ao serviço, mas em outra carga de trabalho e com outra remuneração: as trabalhadoras passaram a trabalhar mais e ganhar menos (Monticelli, 2020). De acordo com a pesquisa de Conlactraho, 49% das trabalhadoras domésticas remuneradas foram demitidas, 14% tiveram redução de suas rendas ou suas férias foram antecipadas, 23% estavam trabalhando normalmente e se expondo a maiores chances de contágio pelo novo coronavírus.

⁶A fala de Marcelina Bautista e de outras sindicalistas latino-americanas e caribenhas tiveram tradução livre ao longo dessa publicação. Para ter acesso à íntegra, por favor, ver o documento na versão traduzida para o espanhol.

Em termos de violência, 3% disseram que foram obrigadas a fazer o teste de Covid-19, 6,7% foram forçadas a fazer quarentena na casa de seus empregadores e 11,8% disseram estar trabalhando mais que o usual.

Em termos de desigualdades regionais, os dados apontavam que as trabalhadoras domésticas da América Central estavam muito mais vulneráveis que as da América do Sul, onde em diversos países a população que sofreu maiores perdas de renda teve um auxílio mínimo de seus governos. Na Colômbia e no Brasil, por exemplo, foi instaurado uma política de suporte financeiro para as pessoas que estavam na informalidade, mas esse benefício era de difícil acesso, necessitando conexão à internet e saber manejar minimamente tecnologias; 13,5% das respondentes colombianas disseram ter recebido tal benefício e 26% das brasileiras puderam contar com o auxílio.



Claribed Palacios A situação das trabalhadoras domésticas na Colômbia é uma situação que nos colocou de frente com a indiferença não só estatal, mas também a indiferença da sociedade empregadora. Sim, é isso! Muitas trabalhadoras têm perdido seus empregos, muitos empregadores têm aproveitado da situação para não reconhecer os direitos que já tínhamos conquistado. Então a vulnerabilidade é muito grande e o setor tem percebido que a reativação da economia na Colômbia está muito lenta. Tem sido feito para outros setores, mas para o setor do trabalho doméstico não há um plano contundente para essa reativação. Então, quando eu falo da indiferença por parte do Governo é porque o Governo Federal tem tomado certas medidas para mitigar o impacto econômico na Colômbia, esse impacto negativo. Mas o setor do trabalho doméstico não tem sido incluído nesse "benefício" de parte do Governo Nacional.

Lenny Quiroz Bom, tem sido e está sendo muito duro. Por exemplo, na pandemia, como posso dizer, muitas trabalhadoras ficaram na casa de suas empregadoras ou ficaram sem trabalho. Aproveitaram uma lei humanitária que não estava à benefício desse grupo [de trabalhadoras domésticas], mas aproveitaram essa lei que acabou sendo nefasta. Talvez algumas pessoas a criaram para o bem, mas não foi assim, não foi. Os empregadores e os empresários se juntaram e a usaram para despedir muitas, muitas pessoas. Para gente [trabalhadoras domésticas] nos afetou gravemente [...]. Assim é! Os empresários precisaram de pouco para fazer isso com a gente, ou nos despedem ou temos que trabalhar mais horas nessa pandemia. "Puertas adentro"⁷, que quase estávamos acabando com isso, voltou. Companheiras que ficaram três, quatro, cinco meses trancadas sem poder sair, porque se elas saíam, perdiam seu trabalho. Um vizinho que trabalhava na casa e no cuidado de uma senhora teve que ficar quase seis meses lá. Quando ele saiu porque queria ver sua família, lhe disseram que já não poderia regressar, porque a saúde dessa senhora era frágil. Então até ele acabou ficando doente, porque também pensava em sua família, nos seus tios, na sua esposa. Essa é a situação da trabalhadora. Aqui seguimos lutando, nunca baixamos a guarda como sindicato.

Além de terem pouco apoio governamental, o estudo ainda revelou outra preocupação: a saúde da trabalhadora doméstica remunerada. Como a maior parte dessas trabalhadoras não tem acesso à seguridade social, muitas foram afetadas em termos nutricionais em suas vidas cotidianas por causa da pandemia, estando assim mais fragilizadas. ¼ das trabalhadoras que responderam o questionário disseram ter doenças preexistentes, que eram consideradas de maior risco, caso contraíssem a Covid-19, como pressão alta, diabetes e sobrepeso; 38% das respondentes já faziam algum tratamento médico antes da pandemia. Além disso, 11% dessas trabalhadoras relataram sofrer de depressão e 8% de ansiedade. Muitas dessas trabalhadoras reportaram sentimentos como “medo”, “tristeza”, “ansiedade” durante a pandemia, principalmente relacionados à perda de suas rendas.

⁷Puertas adentro se refere às trabalhadoras domésticas que prestam serviços e habitam na casa do empregador ou empregadora.

Em termos de exposição ao vírus, 57% disseram que passam mais de uma hora no transporte público para trabalhar, estando mais próximas aos lugares de contágio. Além disso, nenhum tipo de proteção foi oferecido na casa de seus empregadores, quando retornaram aos seus trabalhos: 59% das respondentes da Guatemala; 61,6% das trabalhadoras brasileiras; 71% das trabalhadoras de El Salvador; e 74,6% das respondentes da Colômbia. Além disso, muitas trabalhadoras reportaram que precisam trabalhar mais, higienizando e limpando compras para seus empregadores.

Em termos de violência, 30% responderam ter sofrido algum tipo de violência durante a pandemia no seu ambiente de trabalho, aproximadamente 5,2% disseram ter sido violentadas ou assediadas por seus empregadores, sendo que as maiores porcentagens eram daquelas que estavam confinadas nas casas de seus empregadores (7%) e migrantes internas (8,5%).

Frente a essas desigualdades, os sindicatos de trabalhadoras domésticas remuneradas e a Conlactraho não foram omissas, estavam lutando e trabalhando junto à categoria. Foram diversas estratégias, doações de alimentos, pressões ao poder público, escutas, capacitações, denúncias. Essas estratégias renderam o fortalecimento das alianças políticas da categoria, além de criar novas possibilidades de suporte e apoio. É importante compreender esse processo em sua historicidade, destacando que as parcerias são uma forma de fazer política dessa categoria profissional, sem nunca perder o protagonismo de suas lutas.

Pesquisadora: E como tem sido o trabalho sindical durante a pandemia?



ELENA PEREZ Bom, o trabalho da Conlactraho tem sido muito importante. Eu tenho que dizer que nesse momento de pandemia, no qual a maioria das trabalhadoras domésticas tem pouquíssimo acesso à tecnologia e muitas colegas nem sequer sabiam usá-la, a pandemia nos forçou a aprendê-la, à força e de maneira rápida. Isso permitiu que, por exemplo, de diferentes partes da América Latina nós possamos nos reunir, ter esse diálogo, conversar e ver que talvez a mesma situação da República Dominicana acontece na Costa Rica, como despedidas sem remuneração e sem prestação de contas, como suspensão arbitrária de salário.



Pesquisadora: Bom, então o movimento organizado de Trabalhadoras Domésticas se fortaleceu. E os sindicatos, se fortaleceram durante a pandemia?





ELENA PEREZ Bom, eu acho que tem se fortalecido sim, ainda que tenha sido um momento de crise. Mas sim, saímos fortalecidas dessa pandemia. Ela nos permitiu, um pouco, ver o lado ruim, mas também a solidariedade. Os sindicatos têm tido como base a solidariedade e isso tem nos ajudado a seguir na luta. Há companheiras que têm se unido ao movimento, porque através da pandemia e das redes sociais ficaram sabendo que existia uma organização que defende seus direitos. Então eu acho que, apesar de estarmos no meio de uma crise sanitária e econômica, isso também permitiu expandir nossa voz e talvez quem não estava nos escutando, agora esteja.



LUIZA BATISTA As ações da Fenatrad são muito pontuais no sentido de ajudar né, da Fenatrad junto com os sindicatos, ajudar as trabalhadoras, principalmente com ajuda humanitária. Foram muitas ações, a gente conseguiu distribuir cestas básicas, kit de higiene, várias parcerias e campanhas né, foram feitas três campanhas ao longo da pandemia, e lógico que a gente continua buscando fazer com que a trabalhadora nesse momento seja menos penalizada possível, mas infelizmente além da questão de a gente não ter como estar todos os dias no sindicato, foram... aqui mesmo no Recife, amanhã tem lockdown e a gente não pode atender. Então isso limita a nossa atuação, pelo menos no ano de 2021, esse ano a gente tá buscando apoios. Mas o ano passado, 2020, a gente teve muitas parcerias que puderam ajudar as que estavam desempregadas, não da forma que a gente gostaria porque não alcançamos todas né.



Pesquisadora: O sindicato se fortaleceu?

 **LUIZA BATISTA** A gente viu que tem muitas que estão querendo um reconhecimento maior em relação aos sindicatos, porque é o período que elas procuraram o sindicato. Então à medida que veio a pandemia, veio essa crise e aí o sindicato se mobilizou e os sindicatos junto com a Federação se mobilizaram...então acho que elas caíram um pouco na real e viram que o sindicato é outro local e a única entidade autônoma, além de olhar direcionado para elas mesmas, porque a ajuda chegou. Quando começamos a mapear os que estavam desempregados, então houve um fortalecimento na forma como elas passaram a enxergar a importância sim. Quando passar a pandemia vamos intensificar a campanha com as companheiras. Para que elas entendam a importância do sindicato na vida delas, seja na questão de garantir as conquistas dos direitos e seja também na questão de desenvolver tal necessidade dos sindicatos. 

Assim, percebe-se que a pandemia trouxe muita mobilização das organizações de trabalhadoras domésticas remuneradas na América Latina e no Caribe, apesar da crise que atingiu a categoria ser profunda e preocupante. Esse estudo vem mostrar que a Convenção 189 e o fortalecimento de suas diretrizes são essenciais para que as mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas possam sair dessa crise, uma vez que um instrumento internacional de garantias de direitos e proteções laborais poderia enfrentar as determinações locais que são verdadeiros retrocessos para a categoria. Para pensarmos em termos locais, faz-se necessário apresentar as condições de trabalho dessas trabalhadoras no Brasil, Colômbia e Equador, para visualizarmos suas características fundamentais e a relevância da C189 para essa realidade.

Como forma de compreender os pontos-chaves do Programa "Igual Valor, Iguais Direitos", são destacados na tabela abaixo o perfil dessas profissionais e seus quadros de desigualdades, que já apontavam as vulnerabilidades e precariedades dessa categoria antes mesmo da pandemia do novo coronavírus. Faz-se importante lembrar que Programa "Igual Valor, Iguais Direitos" tem como objetivo multiplicar os impactos da CARE na América Latina e Caribe, criando estratégias e ações de incidência para que os direitos das trabalhadoras domésticas remuneradas sejam implementados. Os pontos destacados no quadro (informalidade, seguridade social, jornada de trabalho, renda média, violência) são considerados os mais complexos na realidade do trabalho doméstico remunerado na região.

Imagem I - Tabela contendo os dados dos principais pontos do Programa “Igual Valor, Iguais Direitos”, do Brasil, Colômbia e Equador

PONTOS CHAVES	BRASIL	COLÔMBIA	EQUADOR
Trabalhadoras Domésticas Remuneradas	5,7 milhões	686 mil	214 mil
Informalidade	71%	90%	59,80%
Seguridade Social (previdência)	46%	65%	40,20%
Jornada de Trabalho (semanal)	32 horas	39 horas	40 horas
Renda Média*	USD226	USD253	USD386
Violência** racismo; assédio; humilhações	80% das respondentes	20% das respondentes	74% das respondentes

Fonte: autoria própria\dados: Ipea; DANE; ENEMDU; CARE

*A renda média foi calculada em dólares, de acordo com o câmbio de 2018 e 2019, anos que os dados estatísticos foram colhidos.

** Os dados sobre violência foram publicados nos estudos CAP de CARE e Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos e não podem ser considerados como dados probabilísticos nacionais.

Esses dados nos demonstraram as dificuldades que as trabalhadoras domésticas remuneradas dos três países têm de acessar seus direitos e ter uma remuneração justa, além dos relatos de violência sofridos em seu ambiente de trabalho; nota-se, contudo, que as jornadas médias de trabalho não ultrapassam as determinadas pelas legislações nacionais, nos fazendo questionar se o trabalho das diaristas - frequente nos três países - podem trazer novas formas de precarização desse trabalho, pois apesar de não trabalharem por longas jornadas, essas profissionais não têm seus direitos garantidos (como no Brasil) e estão em condições ainda piores de renda (como no Equador). Nesse sentido, as desigualdades podem ser dimensionadas em outros aspectos, exigindo um olhar crítico e muito atento a realidade do trabalho doméstico remunerado em toda América Latina e Caribe.

Seguimos então apresentando como foi o processo de ratificação da C189 na América Latina e Caribe.

CONVENÇÃO 189 E

RECOMENDAÇÃO 201 DA OIT:

RATIFICAÇÕES E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS



A ratificação da Convenção 189 seguida da Recomendação 201 da OIT foi feita até esse momento por 31 países, sendo que a América Latina e Caribe é a região com o maior número de ratificações, contabilizando 54,8% das ratificações do mundo (OIT, 2021). A maior parte dos países da América do Sul já o fizeram: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Uruguai⁸; já na América Central três países já ratificaram: Costa Rica, Nicarágua e Panamá⁹; a região do Caribe é que menos contabiliza ratificações, somente Jamaica, Granada e República Dominicana o fizeram¹⁰; e por último o México.

A aprovação da C189 foi considerada por diversos especialistas do tema, representantes de movimentos sociais, alguns governos e para a justiça internacional como um marco que trouxe à luz as desigualdades vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas remuneradas no mundo (Abin, Montolovou, 2012; Mather, 2013; Blackett, 2014). Sem dúvidas, em muitos países a discussão sobre as condições de trabalho dessas mulheres foram evidenciadas a partir da normativa internacional, sendo esta percebida como uma oportunidade de estabelecer justiça social e de abrir espaços para a concretização de políticas públicas para a categoria (Olz, 2014). Para além disso, a C189 é compreendida como de extrema importância para o fortalecimento dos princípios de direitos humanos (Sanches, 2009; Rubio, Cruz-Zúñiga, 2018).

É interessante notar que a América Latina e o Caribe também concentram o maior número de trabalhadoras domésticas remuneradas no mundo em situações muito precárias e de exploração (OIT, 2018), o que torna a ratificação da C189 um tanto quanto importante e urgente. Contudo, como nos disseram algumas ativistas e sindicalistas, não é apenas o número de trabalhadoras domésticas remuneradas na região que justifica a maior concentração de ratificações, mas sobretudo a força de suas organizações políticas, suas estratégias de alianças e uma contínua luta da categoria.

⁸Ainda faltam ratificar a C189 os seguintes países da América do Sul: Guiana Francesa, Suriname e Venezuela.

⁹Ainda faltam ratificar a C189 os seguintes países da América Central: Belize, El Salvador, Honduras.

¹⁰Na região do Caribe, ainda faltam ratificar a C189: Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Cuba, Domínica, Guadalupe, Haiti, Ilhas Caimão, Ilhas Turca e Caicos, Ilhas Virgens, Martinica, Porto Rico, São Bartolomeu, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Trindade e Tobago.



Pesquisadora: A América Latina é a região que mais ratificou a Convenção 189. O que você acha disso?

CARMEN CRUZ A verdade é que tem sido muito trabalho do movimento sindical, por isso que conseguimos ratificar a Convenção em muitos países, são poucos países que faltam para ratificar. [...] Mas enfim, de todo modo dizemos, está ratificado, mas somente a lei, porque na prática a lei não é cumprida. Eu acho que falta os Governos exigirem a aplicação da Convenção, porque os sindicatos estão fazendo a sua parte, que era ratificar a Convenção e está ratificado. Cada Governo tem que informar a OIT o que está fazendo para que se cumpra essa Convenção e nenhum Governo está fazendo muito [para o cumprimento da Convenção 189]. Então agora o que cabe aos sindicatos é exigir dos Governos que eles façam a sua parte, que façam campanhas para exigir que os empregadores cumpram essa Convenção em sua totalidade.



A América Latina e o Caribe concentram uma forte e longa trajetória de movimentos organizados de trabalhadoras domésticas remuneradas, tendo inclusive uma representação regional chamada Conlactraho (Confederação Latino-Americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas). De acordo com Mary Goldsmith (2013), a Conlactraho foi fundada em 30 de março de 1988, sendo a primeira organização regional do mundo, fomentada através de contato de militantes de Brasil, Peru, Chile e Colômbia, convidando ativistas de outros países para integrar à confederação.

Casimira Rodriguez Quando CONLACTRAHO começou a se formar, estive no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Cochabamba e aí nos inteiramos que havia chegado à Bolívia uma representante, mais que uma representante, uma companheira do Peru que procurava fazer contato com as companheiras da Bolívia e informou que teríamos que viajar a outro país [*para encontro da Conlactraho*]. Logo que nos passaram essa informação foi como um "boom", pois nunca tínhamos viajado.

Quando nos disseram não tínhamos a menor ideia de que era para a Colômbia, era "um outro país" e nós não conhecíamos nada para além da fronteira. Estou falando de uma realidade de uma migrante, de muitas migrantes, porque na Bolívia são muitos migrantes, muitas pessoas de diferentes comunidades indígenas. Cochabamba é o coração da Bolívia. Então tinha muitas "hermanas" de La Paz, mas também de outras regiões, da região de Cochabamba e de outras províncias.

As pessoas que estavam nos apoiando disseram que tínhamos que pedir permissão para viajar. A verdade é que eu falei com a enteada da senhora [*empregadora*] e ela me disse: "não, não, não pode ir... é muito perigoso, você não sabe para onde vai e não sabemos o que pode acontecer".

Mas graças a Deus foram duas delegadas foram duas delegadas de Cochabamba: Aurora Flores e Benita Aleluia. De La Paz foram Justina Bernal, Basilia Catarin e Julia Maidana. Elas foram para a Colômbia pela primeira vez, quando voltaram fizeram um informe e convocaram um encontro nacional. Foi quando informaram a todas o que tinha acontecido, deram os informes e falaram sobre algumas conclusões do encontro.

Quando eu era secretária-geral da Conlactraho tive acesso aos arquivos da companheira Aida Moreno, porque fui ao Chile por alguns dias. Estivemos juntas quinze dias ou um pouco mais, quando ela me mostrou alguns documentos. Então tenho esse arquivo. Ali [*primeiro encontro da CONLACTRAHO*] elas discutiram muitos livros, tinha o tema da imigração, o tema do abuso contra as mulheres, o tema das trabalhadoras domésticas remuneradas. Também o tema da afetividade e do abuso sexual, muitas vezes cometido por empregadores e o tema da organização ativista, víamos como era organizado em cada país.

Pesquisadora: E por que uma união latino-americana e caribenha foi importante?



CASIMIRA RODRIGUEZ Segundo o que eu conversei com Aida [*Aida Moreno*] e com as companheiras, uma das coisas que ela compartilhou, por exemplo, era a necessidade de ter um espaço próprio internacional. Isso porque até o momento havia algumas organizações na América Latina de trabalhadoras domésticas, mas eram somente convidadas, não era um espaço das trabalhadoras onde podiam discutir e onde podiam participar como trabalhadoras e como do sindicato. Depois, era uma necessidade de manifestar, muitas delas eram muito discriminadas. Por exemplo, na Bolívia nos custou muito para que reconhecessem as trabalhadoras domésticas como organização sindical. A própria central operária boliviana. Então, era muito importante ter um contato, um espaço próprio das trabalhadoras domésticas a nível internacional.



A Conlactraho então é formada com o objetivo de criar um espaço próprio internacional, onde elas poderiam falar e se representar como protagonistas, sem mediações de ONGs, centrais sindicais e feministas (Goldsmith, 2013). Em sua formação elaboraram estudos, elegeram um comitê executivo e criaram um informe regional, no qual estabeleceram que só poderiam ser afiliadas organizações autônomas e conduzidas por trabalhadoras domésticas remuneradas.

Desde então, a Conlactraho tem realizado nesses 32 anos de existência diversos encontros, seminários, capacitações, estabelecendo alianças políticas para pressionar governos em relação às reformas trabalhistas, para que as leis sejam cumpridas e dando o suporte e apoio necessário em cada um dos países. Atualmente a Conlactraho é composta por 14 países membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana.

Em relação as ratificações da C189, a Conlactraho estava presente e atenta aos processos locais de cada um dos países, sendo um importante suporte para as sindicalistas buscarem apoio, poderem compartilhar suas ações, conquistas, retrocessos, além de se fortalecerem com todos os trâmites institucionais impostos pela própria OIT, tanto no momento de definição da C189, quanto em suas ratificações

na região. Nesse sentido, como disse Casimira Rodriguez, a C189 impulsiona o fortalecimento da própria Conlactraho. Ademais, ressalta-se a importância de sua historicidade para as militantes e ativistas atuais, que compreendem a força dessa instituição em suas demandas e reivindicações, principalmente nos dois momentos citados por Rodriguez: C189 e a própria pandemia.

Pesquisadora: Por que uma união de trabalhadoras domésticas da América Latina e do Caribe é importante?



ELENA PEREZ: Por que a Conlactraho é importante? Porque reúne todas as organizações, nesse momento eram doze países e agora são quatorze afiliados a Conlactraho. Conlactraho é importante porque reúne toda trabalhadora por toda América Latina, na qual vivemos uma mesma situação e talvez, pode parecer clichê, mas na união está a força e a Conlactraho tem sido a pioneira e a porta-bandeira em defender os nossos direitos como trabalhadoras domésticas. Por que é importante? Porque defendem o que são nossos direitos, não somente de um país, mas também de toda América Latina que somos. Hoje, somos aproximadamente 18 a 19 milhões de trabalhadoras domésticas no total e há uma grande violação de nossos direitos. Eu sei que nós temos a igualdade reconhecida, primeiro o reconhecimento da trabalhadora doméstica como trabalhadora, não como la "muchacha", la "nana"¹¹, mas como trabalhadoras com iguais direitos como os demais grupos de trabalhadores.



Nesse sentido, ressaltamos que os trâmites de ratificação em cada país tomam caminhos distintos e específicos, considerando o contexto político e econômico, as alianças que os próprios sindicatos estabelecem para fortalecer as pressões aos governos locais e, principalmente, no enrijecimento de suas condutas frente às negociações que muitos governos tentam implementar.

Dentre esses processos, chamamos atenção nesse estudo para os países receptores do Projeto “Mulheres, Dignidade e Trabalho” (Brasil, Colômbia e Equador), como podemos ver no capítulo seguinte.

¹¹Muchacha e nana são termos pejorativos ou que reforçam a ideia de servidão, como "empregadinha" ou "empregada".

5

RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO 189 NO BRASIL, COLÔMBIA E EQUADOR

Depois de aprovada, as convenções e recomendações da OIT passam por um processo longo e burocrático (que envolve as representações tripartites locais), para sua ratificação em casa país, criando obrigações jurídicas frente às determinações internacionais (OIT, 2012b). Isso significa dizer que, muitas vezes, o processo de ratificação está totalmente vinculado ao contexto político e governamental de cada país membro e sua abertura para que sejam implementadas políticas públicas, novas legislações e práticas de Estado (OIT, 2012b). Como podemos ver anteriormente, muitas vezes essas ratificações estão vinculadas às pressões dos movimentos sindicais e de um possível diálogo com as representações governamentais.

Nesse sentido, revela-se as dificuldades de uma análise comparativa, mesmo entre países da América Latina e Caribe, uma vez que as inconstâncias políticas na região refletem diretamente nas disposições para aplicar políticas mais equânimes para as trabalhadoras domésticas remuneradas e, conseqüentemente, seus processos de valorização e reconhecimento. Sabrina Marchetti (2017), tem chamado atenção para os aspectos globais que envolvem as discussões e proteções trabalhistas internacionais para essa categoria profissional, abordando que as campanhas em prol das ratificações da C189 mobilizam, de diferentes formas, os atores sociais envolvidos em seus trâmites. É com essa perspectiva que passamos a descrever o processo de ratificação no Brasil, Colômbia e Equador.

O processo de ratificação da C189 no Brasil é um tanto quanto peculiar, considerando a força que as representações brasileiras tiveram na elaboração e nas sessões de discussões para 100ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT. No primeiro estudo elaborado pela Themis (2020), foi retratado como que nas conferências de 2010 e 2011 o Brasil tinha uma delegação formada por sindicalistas da Fenatrad, representantes da Contracs (Confederação Nacional dos Trabalhadores no

no Comércio e Serviço), SEPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) SPM (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), a deputada Benedita da Silva do PT (Partido dos Trabalhadores) e a ministra do Tribunal Superior do Trabalho Delaíde Miranda Arantes – ressalta-se que as duas últimas já foram trabalhadoras domésticas remuneradas.

A atuação da delegação do Brasil nessas conferências prévias foi tão relevante, que o país se tornou o relator da C189 e R201 (Fraga, 2020). De fato, esse momento é caracterizado pela intensa comunicação entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, sendo colocado como uma das marcas da “Era Lula” (Abers; Serafim, Tatagiba, 2014). Em pesquisas anteriores (2017)¹², Maria Noeli dos Santos, Creuza Oliveira e Carli dos Santos descreveram os processos juntos às secretarias e ministérios do governo para traçar estratégias políticas de emancipação para as trabalhadoras domésticas remuneradas. Esse contexto era compreendido como muito favorável para estabelecer medidas protetivas e de ampliação de direitos para essa categoria profissional, sendo que o Brasil volta das conferências de Genebra e começa a instituir os caminhos para aprovação da “PEC das Domésticas” – normativas de direitos trabalhistas nacional e mais amplo que a própria C189 (Vieira, 2020).

No entanto, logo depois da aprovação da referida PEC, em 2013, no Governo de Dilma Rousseff (PT), o Brasil passa por diversas crises políticas, econômicas e de reformas trabalhistas que não contemplaram as diretrizes de direitos internacionais das trabalhadoras domésticas remuneradas (Marcelino, Galvão, 2020); além disso, o diálogo dos movimentos sociais já não eram estabelecidos depois do *impeachment* da Presidenta Dilma (2016), sendo que o movimento sindical de trabalhadoras domésticas remuneradas nem sequer foi convidado para a cerimônia de ratificação (Themis, 2020).

O Brasil ratificou a C189 no dia 31 de janeiro de 2018, pelas mãos do Presidente Interino Michel Temer (PMDB), sendo que todo o trâmite burocrático já tinha sido realizado nos anos anteriores. Para além da exclusão da cerimônia de ratificação, os sindicatos têm apontado como que as diretrizes da C189 não são, de fato, implementadas pelo governo.

¹²Refere-se à pesquisa de campo realizada em 2017 para a pesquisa DomEQUAL (<https://domequal.eu>)

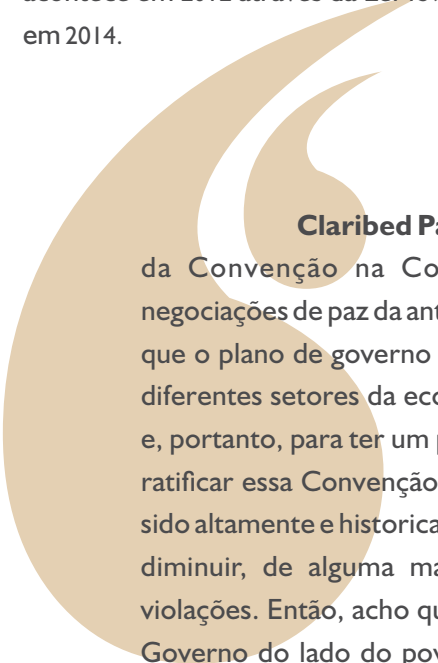


Luiza Batista a ratificação da Convenção 189, nesse momento a gente está com a Convenção ratificada... enfim, a gente tenta implementar né, recebemos as denúncias e ir nas residências para ir verificar, se encaminhamos uma ação na Justiça, eles nem sequer se atém a citar a Convenção 189. Então, para a gente a ratificação...sabemos que foi importante porque o governo acatou. Mas a Convenção 189 está longe, muito longe de ser cumprida, sabe? Inclusive, a própria Lei Complementar 150 tem padrões que não respeitam, aquela questão da jornada de trabalho, não respeita. Então a Convenção ratificada, para gente não mudou muita coisa não, para a categoria não mudou muita coisa. Então aquela história: existe leis, existe direitos, mas não existe respeito. Essa é a verdade.

Assim, destacamos como o processo de ratificação da C189 da OIT se deu por vias que saíram das mãos das trabalhadoras domésticas remuneradas, dos setores que poderiam utilizá-la para concretização de políticas públicas para a categoria, se mostrando enfraquecida e sem relevância para o atual contexto – de acordo com as palavras de Luiza Batista. Esse processo reafirma que as reverberações de inclusão em normativas internacionais dependem, primordialmente, dos atores envolvidos nesses mesmos trâmites.

Já o processo de ratificação da Convenção 189 na Colômbia, toma um caminho um tanto quanto interessante, pois este se ancora tanto nas lutas sindicais da categoria e de seus apoiadores, como também se fortalece por adentrar aos debates mais amplos feministas sobre economia do cuidado e do contexto político pós guerrilha armada, que instituiu um período de “paz” no país, através do acordo gerado no governo de Juan Manuel Santos (De la U). De acordo com Cherubini, Geymonat e Marchetti (2018), as organizações de trabalhadoras domésticas remuneradas na Colômbia já lutavam por melhores condições de trabalho, mas eram muito afetadas pelas repressões aos movimentos sociais e trabalhistas, além da violência política. Contudo, afirmam as autoras (*Idem*), nas últimas décadas o dinamismo da sociedade civil e suas vinculações com diversos atores sociais e organizações internacionais, moldam outro cenário de reivindicação e conquistas de direitos na Colômbia.

Nesse sentido, a Convenção 189 surge em um momento colombiano de transformações políticas amplas e extremamente importantes, onde justamente discutiam as questões de justiça social, principalmente para os grupos de mulheres afro-colombianas e indígenas, que foram extremamente afetadas por 50 anos de conflito (Cherubini, Geymonat, Marchetti, 2018). A ratificação da C189 na Colômbia acontece em 2012 através da Lei 1595/2012, mas só foi registrada e efetivada pela OIT em 2014.



Claribed Palacios No momento de ratificação da Convenção na Colômbia estavam adiantando as negociações de paz da antiga guerrilha das FARC, isso permitiu que o plano de governo do atual presidente pudesse incluir diferentes setores da economia, setores vulneráveis do país e, portanto, para ter um plano mais completo era necessário ratificar essa Convenção. Dar resposta a um setor que tem sido altamente e historicamente precarizado, e assim poderia diminuir, de alguma maneira, essa precarização e essas violações. Então, acho que, em grande parte, ajudou ter um Governo do lado do povo, um Governo mais esperançoso para o povo. [...] A ratificação da Convenção 189 para nós, como movimento de trabalhadoras domésticas, tem se constituído uma ferramenta fundamental para a luta que temos dia-a-dia, buscando que se reivindique os direitos do setor do trabalho doméstico, pois tínhamos poucas ferramentas de ordem legal para se fazer efetiva. A Convenção nos tem mostrado um caminho de exigibilidade de direitos, nos quais vamos caminhando passo-a-passo para alcançar. Sabemos que não é fácil, mas sabemos que é importante uma ferramenta como a Convenção 189 que de certa maneira, permitiu alguns avanços.

Depois da ratificação os movimentos sindicais de trabalhadoras domésticas colombianas e seus apoiadores lançam uma campanha para serem incluídas da *Ley de Prima*¹³, conquistando o direito as bonificações anuais (décimo terceiro salário) que os/as outros/as trabalhadores/as colombianas recebiam. As trabalhadoras domésticas remuneradas não tinham direito a *Ley de Prima*, pois setores políticos argumentavam que este era um trabalho improdutivo e que não gerava lucro. Contudo, desde início dos anos 2000, diversos debates sobre a economia do cuidado eram realizados pelo movimento feminista, estabelecendo por meio dessas reivindicações a Lei Nacional da Economia do Cuidado (Lei 1413/2010), que buscou garantir o reconhecimento econômico e valorativo do trabalho reprodutivo. Isso abriu a possibilidade para as trabalhadoras domésticas sindicalizadas formassem alianças com feministas do Partido Verde e ONGs (Cherubini, Geymonat, Marchetti, 2018).

Dessa forma, a ratificação da C189 na Colômbia se insere em um contexto de políticas mais emancipadoras, no contexto do fim dos conflitos armados e que estabelece para os movimentos organizados de trabalhadoras domésticas remunerada uma rota de reivindicações de direitos.

Já o processo de ratificação da C189 no Equador foi mais rápido do que no Brasil e na Colômbia. Logo depois da aprovação em 2011 em Genebra, o movimento sindical equatoriano e o comitê formado para a ratificação lançaram a campanha chamada “*Yo apoyo el Convenio 189, ¿y tu?*”. De acordo com Cherubini, Geymonat e Marchetti (2020), essa campanha tomou diversos espaços públicos e midiáticos, criaram debates técnicos em instituições governamentais e fizeram uma pressão grande junto ao Ministério do Trabalho e da Previdência (Seguridade Social). As autoras ainda indicam que para além das alianças já firmadas do sindicato de trabalhadoras domésticas equatoriano, diversos políticos do partido Alianza País se empenharam em levar ao debate político a importância da ratificação de forma ampla no governo, atravessando diversos grupos e partidos naquele momento.

Karla Moncayo Rondán (2015) assinala que a luta por melhores condições salariais para as trabalhadoras domésticas equatorianas, iniciada em 2006, para que pudessem ter direito ao salário-mínimo nacional já fortalecia uma estratégia política maior, que reverberou na aprovação da C189 em 2013 e na própria legislação trabalhista em 2015, contando com o apoio governamental. O governo de Rafael Correa (2007-2017)

¹³ Ley de Prima se refere ao décimo terceiro salário.

adentra os marcos políticos mais progressistas da América Latina, vividos nas décadas anteriores (Menon, 2012), caracterizado por intensa relação com os movimentos sociais, estabilidade econômica, diminuição das desigualdades sociais e de pobreza (Polga-Hecimovith, 2013; Becker, 2013).

Apesar de diversas críticas de setores da sociedade, tais como, do movimento indígena, do movimento feminista, do partido comunista e sindicatos a seu governo em termos de economia internacional, liberdade de expressão e direitos reprodutivos, o governo de Rafael Correa se insere no que Marchetti (2017) argumenta sobre o protagonismo dos atores locais para a ratificação da C189, sem que estejam submetidas às ordens e interferências impostas por organizações internacionais (OIT).

A ratificação da Convenção 189 foi aprovada com unanimidade no Congresso Nacional do Equador em setembro de 2013, sendo registrada na OIT no dia 18 de dezembro de 2013.



Lenny Quiroz Nós demoramos três anos para ratificar [Convenção 189] no Equador. Primeiro que era um processo novo para nós, não conhecíamos. Quando o Governo se articulou com a Convenção era um aliado das pautas das trabalhadoras, pois era um Governo que estava se consolidando como o da "revolución ciudadana" e nesse tempo quem governava era Rafael Correa [...]

Como organização sindical, claro, é quem nos apoiou, que fez algumas coisas, que era mais amigável com as organizações e com os sindicatos. Ainda que tenha sido bom foi mudando, porque foi um governo longo. Mas sim, o Presidente da República nos escutava e executava. Agora neste Governo atual e com essa pandemia fatal, não sabemos se esse senhor [Lénin Moreno], está falando sério. Ele diz que vai fazer, mas nunca se tem uma resposta clara, então não se sabe.

Assim, o processo de ratificação da C189 no Equador é reflexo de uma longa trajetória de luta do movimento sindical, se seus históricos apoiadores e foi estabelecido em contexto político governamental amigável. Esse cenário trouxe diversos ganhos para as trabalhadoras domésticas remuneradas no Equador, ressaltando o protagonismo dos atores sociais envolvidos em todos esses trâmites.

Contudo, não somente o Equador, como o Brasil e a Colômbia estão sofrendo retrocessos, principalmente no período de pandemia, como podemos ver a seguir ao analisar o quadro de sua implementação em cada um dos três países.

5.1

A Convenção 189 e a realidade do Brasil, Colômbia e Equador

Os três países analisados mais sistematicamente nesse estudo têm legislações próprias que contemplam as trabalhadoras domésticas remuneradas. O Brasil atualmente conta com a Lei Complementar nº 150/2015; a Colômbia conta com a Lei 1595/2012 e a *Ley de Prima*; e o Equador conta com a inclusão das trabalhadoras domésticas remuneradas no Código del Trabajo 325. Contudo, nos três países há regulamentações dessas leis que ainda preservam as trabalhadoras domésticas remuneradas com menos direitos, ou condições precárias de trabalho. Para além disso, a informalidade marca todos os países latino-americanos e caribenhos, mostrando que mesmo com legislações próprias, a adesão das mesmas é muito pequena.

Nesse sentido, a ratificação da C189 no Brasil, Colômbia e Equador acompanha legislações trabalhistas próprias, que em um sentido mais amplo, seriam consideradas verdadeiras bases de proteções legais e de garantias de direitos para as trabalhadoras domésticas remuneradas. No entanto, suas regulamentações e a insistente informalidade não contempla, de fato, a vida dessas mulheres.

Podemos ver essas complexidades no quadro a seguir, onde foram comparadas as normativas estabelecidas pela C189 e como são, de fato, concretizadas em cada um dos três países e com uma análise geral de América Latina e Caribe. Ressalta-se que no quadro é utilizado dados sobre a América Latina e Caribe da OIT, intitulado “Trabalhadoras domésticas remuneradas na América Latina e no Caribe frente à crise do Covid-19” (2020).

QUADRO COMPARATIVO
AMÉRICA LATINA E CARIBE, BRASIL, COLÔMBIA E EQUADOR
 E SUAS LEGISLAÇÕES EM COMPARAÇÃO COM AS NORMATIVAS DA C189

C189	AMÉRICA LATINA E CARIBE	BRASIL	COLÔMBIA	EQUADOR
Definição do TDR.	As definições são muito variadas entre os países, não podendo ser generalizada no quadro.	A lei mantém a ideia de improdutividade e exclui as diaristas.	A lei mantém como a C189.	A lei mantém a ideia de improdutividade e traz termos pejorativos.
Direitos humanos e direitos fundamentais.	Apesar da luta histórica da Conlactraho, vários sindicatos nos países da América Latina e Caribe tem sofrido com reformas trabalhistas e até mesmo perseguições.	Organização sindical forte e livre/ Diversas reformas trabalhistas que impedem as trabalhadoras de acessarem seus direitos/ dificuldades de implementar políticas contra a violência / TDR considerado essencial na pandemia.	Segue com a normativa da C189.	Organização sindical forte e livre/ Diversas reformas através da Ley Organica na pandemia/ violências e abusos em cifras altas/ TDR considerado serviço essencial na pandemia.
Proteção às/aos trabalhadoras/es domésticas/os migrantes.	Em diversos países da América Latina as necessidades de cuidado não são cobertas pelas políticas nacionais.	Não há políticas específicas na legislação vigente para TDR.	Segue com a normativa da C189.	Não há políticas específicas na legislação vigente para TDR.
Liberdade para decidir moradia, se acompanha ou não membros do domicílio em suas férias e quanto a manter em posse seus documentos.	A maior parte dos países da região não estabelece regulações específicas sobre esses pontos.	A legislação prevê regulações.	Trabalhadoras domésticas internas têm jornada de trabalho maior, estipulada em lei em 10 horas diárias.	Não há regulações específicas e chama atenção a situação das migrantes internas.

CI 89	AMÉRICA LATINA E CARIBE	BRASIL	COLÔMBIA	EQUADOR
Jornada de trabalho.	<p>«Em 8 países a normativa vigente equipara a jornada máxima de trabalho das TDR às do restante dos assalariados (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai), e, em um número maior de países estabelece a obrigatoriedade de pausas ou períodos de descanso durante a jornada diária» (OIT, 2020, p.5).</p>	<p>Há regulamentações de jornadas de trabalho, descanso e férias remuneradas. No entanto, são poucas as trabalhadoras que conseguem gozar de seus direitos.</p>	<p>Há regulamentações de jornadas de trabalho, descanso e férias remuneradas. No entanto, são poucas as trabalhadoras que conseguem gozar de seus direitos.</p>	<p>Há regulamentações de jornadas de trabalho, descanso e férias remuneradas. No entanto, são poucas as trabalhadoras que conseguem gozar de seus direitos.</p>
Remuneração.	<p>"Ainda que em vários países seja permitido o pagamento em espécie (no caso das TDR que residem no domicílio do empregador), na maioria deles não se considera parte integrante da remuneração, motivo pelo qual não afeta seus salários. As reformas incluem também, em 11 países, a obrigação do pagamento de horas extraordinárias, embora em alguns casos estejam limitados às horas trabalhadas em feriados ou finais de semana.» (OIT, 2010, P.5).</p>	<p>Há regulamentações, mas a média salarial das TDR é menor que o salário-mínimo nacional.</p>	<p>Há regulamentações, mas a média salarial das TDR é menor que o salário-mínimo nacional.</p>	<p>Há regulamentações, mas a média salarial das TDR é menor que o salário-mínimo nacional.</p>

C189	AMÉRICA LATINA E CARIBE	BRASIL	COLÔMBIA	EQUADOR
Seguridade Social.	<p>"Embora a maioria dos países estabeleça que deve haver afiliação obrigatória ao seguro social, a cobertura é - com poucas exceções - na verdade baixa.</p> <p>Em vários países as restrições a respeito de quem pode se afiliar - deixando de fora aqueles que trabalham a tempo parcial para vários empregadores - ou estabelecem sistemas administrativos relativamente complicados, contribuindo ao desencorajamento do cumprimento". (OIT, 2020, p.6).</p>	Há regulamentações, mas poucas trabalhadoras estão asseguradas.	Há regulamentações, mas poucas trabalhadoras estão asseguradas.	Há regulamentações, mas poucas trabalhadoras estão asseguradas.
Medidas de saúde e segurança no trabalho.	Não há normativas fortalecidas na região que possam assegurar as TDRs.	Não há regulamentações.	Há tentativas de ampliar a inclusão dessas trabalhadoras em um sistema mais amplo (privado) de saúde.	Não há regulamentações.
Agências de emprego privadas.	Não há regulamentações fortalecidas na região.	Não há regulamentações.	Não há regulamentações.	Não há regulamentações.

CI 89	AMÉRICA LATINA E CARIBE	BRASIL	COLÔMBIA	EQUADOR
Acesso a instâncias de resolução de conflitos.	<p>"Na região foram desenvolvidas diferentes estratégias de fiscalização e incentivos que possibilitassem o avanço da formalização das trabalhadoras domésticas.</p> <p>Entre elas é ressaltada a possibilidade de contratos a tempo parcial e através de diferentes empregadores (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica e Uruguai), a redução de multas (Uruguai e Brasil), a realização de inspeção gratuita nos lares, incentivos fiscais coordenados pela Secretaria de Fazenda (Argentina), chegando ao endurecimento de penas pela falta de registro (Equador), a facilitação de trâmites on-line e a redução da burocracia no processo de registro" (Argentina, Chile, Costa Rica e Uruguai). (OIT, 2020, p.6).</p>	Casa dos empregadores não pode ser inspecionada.	Casa dos empregadores não pode ser inspecionada.	Casa dos empregadores não pode ser inspecionada.

Fonte: Elaboração própria



CONSIDERAÇÕES FINAIS E APONTAMENTOS

Esse estudo buscou compreender como tem se estabelecido os processos de ratificação da C189 na América Latina e no Caribe, tomando o Brasil, a Colômbia e o Equador como “países chaves” para o processo analítico. Percebe-se através da análise documental e das entrevistas, que a região concentra o maior número de ratificações devido a forte trajetória sindical da categoria em cada um dos países, assim como a própria Conlactraho. Os sindicatos foram os responsáveis por fazer alianças políticas e pressionar os governos locais para que cada país estabelecesse políticas públicas e legislações para as trabalhadoras domésticas remuneradas. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que os países que ratificaram tinham uma política de diálogo maior com os movimentos sociais, inseridos em contextos mais progressistas.

Contudo, mesmo com as ratificações e legislações específicas em cada um dos países, ainda se faz necessário tornar esse aparato de proteções legais e de direitos realidade para as trabalhadoras domésticas remuneradas, que trabalham, em sua maioria, como informais, em situações precárias e passíveis de violências e abusos. Um desafio que permanece ao longo da história da América Latina e do Caribe com grupos mais vulneráveis, situação que se agrava drasticamente na pandemia.

APONTAMENTOS E CAMINHOS

Esse estudo aponta como possíveis caminhos de solução para esse desafio, os seguintes tópicos:

- 1 | Assegurar meios de sobrevivência mínimos para as trabalhadoras domésticas remuneradas durante a pandemia do novo coronavírus, levando em consideração a inclusão digital.
- 2 | Estabelecer políticas em que a inspeção na casa dos empregadores seja realizada, sem que nenhuma das partes perca sua privacidade.
- 3 | Estabelecer alianças para criar campanhas para maior formalização, assim como para manter uma unidade latino-americana de lutas e estratégias.
- 4 | Estabelecer pressões ao poder público para criar políticas públicas que incentivem a formalização.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, Junho. 2014.

ACCIARI, Louisa; BRITEZ, Juana del Carmen; PÉREZ, Andrea dela Carmen Morales. Right to health, right to live: domestic workers facing the COVID-19 crisis in Latin America, *Gender & Development*, 29:1, 11-33. 2021.

ALBIN, Einat; MANTOUVALOU, Virginia. THE ILO Convention on Domestic Workers: from the shadows to the light. *Industrial Law Journal*, Vol. 41, No. 1, March 2012.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Recife: Editora Universitária. 2009.

BLACKETT, Adelle. INTRODUCTORY NOTE TO THE DECENT WORK FOR DOMESTIC WORKERS CONVENTION, 2011 (NO. 189) AND RECOMMENDATION (NO. 201). In.: *International Legal Materials*, Vol. 53, No. 1 (2014), p. 250-266.

BLOFIELD, Merike; JOKELA, Merita. Paid domestic work and the struggles of care workers in Latin America. *Current Sociology*, v. 66, n. 4, p. 531-546, 2018.

CARE. Actualización del estado de situación en el cumplimiento de los derechos humanos y laborales de las trabajadoras remuneradas del hogar en Colombia y propuestas de incidencia para el cumplimiento del convenio 189 en el marco de políticas públicas locales o regionales. 2020. Colômbia.

CARE. Actualización del estado de situación en el cumplimiento de los derechos humanos y laborales de las trabajadoras remuneradas del hogar en Ecuador. 2020. Equador.

CASANOVA, Erynn Mais de. Embodied Inequality: the experience of domestic work in Urban Ecuador. *Gender&Society*, 2013.

CEPAL. Informe Especial Covi-19: La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad. 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46633/5/S2000740_es.pdf

CHANEY, E; CASTRO, M. (orgs). *Muchachas no More: Household Workers in Latin America and the Caribbean*. Temple University Press: Philadelphia, 1988.

CHERUBINI, Daniele; GEYMONAT, Giulia Garafolo; MARCHETTI, Sabrina. Global rights and local struggles: the case of ILO Convention N189 on Domestic Work. *PARTECIPAZIONE e CONFLITO: The Open Journal of Sociopolitical Studies*. Itália, nov., 2018.

_____. Intersectional politics on domestic workers' rights: the case of Ecuador and Colombia. In.: EVANS, Elizabeth; LÉPINARD, Éléonore. *Intersectionality in Feminist and Queer Movements*. Routledge: London and New York. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In.: *Reflexões e práticas de transformação feminista/ Renata Moreno (org.)*. São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo).

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Cor, classe, gênero: aprendizado sexual e relações de domínio. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 521-542, maio 2014.

FRAGA, Alexandre; MONÇORES, Elisa. Uma análise comparativa internacional da relação entre desigualdade de renda e serviço doméstico. *Rev. Pós Ciênc. Soc.*, São Luís, v.18, n.1, 85-104, jan/abr, 2021.

FRAGA, Alexandre. O trabalho doméstico em debate na OIT: análise do processo de aprovação da Convenção nº189. In.: PESSANHA, Elina Fonte; RODRIGUES, Maria Cristina; BARROSO, Marcia Castro. OIT 100 Anos: ações, impasses e perspectivas. Editora Lumen Jures: Rio de Janeiro, 2020.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MONTICELLI, Thays Almeida. 2018. “Quem são as diaristas? Uma análise das estruturas legais e culturais na articulação entre trabalho e família. Anais do 42 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação. Editora Elefante. 2017.

FREITAS, Jefferson Belarmino de. Sobre a Humilhação no Cotidiano do Emprego Doméstico. Dados, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 199-236, Mar. 2014.

GOLDSMITH, Mary. Los espacios internacionales de la participación política de las trabajadoras remuneradas del hogar. Revista de Estudios Sociales, Bogotá, n. 45, p. 233-246, Jan. 2013.

IPEA. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Textos para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA. 2019.

INSTITUTO DE LIDERAZGO SIMONE DE BEAUVOIR. Informe sombra sobre la situación que guardan las trabajadoras del hogar em Mexico. 2018.

LIMA, Márcia; PRASTES, Ian. 2019. Emprego doméstico e mudança social: reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. Tempo Social: 31(2), 149-172.

LEÓN, Magdalena. Proyecto de Investigación-acción: trabajo doméstico y servicio doméstico en Colombia. *Revista de Estudios Sociales*, n. 45, p. 198-211, 2013.

MATHER, Celia. ¡Sí, lo hicimos! Como las trabajadoras del hogar obtuvieron derechos y reconocimiento a nivel internacional. Publicación de Wiego, 2013.

MARCELINO, Paula; GALVÃO, Andréia. "O sindicalismo brasileiro frente à ofensiva neoliberal restauradora". *Tempo Social*, São Paulo: 32 (1): 157-182. 2020.

MARCHETTI, Sabrina. The Global Governance of Paid Domestic Work: Comparing the impact of ILO Convention N 189 in Ecuador and India. *Critical Sociology*. 2017.

MENON, Gustavo. A Revolução Cidadã: o governo Rafael Correa e os movimentos sociais no Equador. *REBELA*, v. 2, n. 1, jun. 2012.

MONTICELLI, Thays Almeida. A pia suja não é culpa do coronavírus: “patroas” e divisão sexual do trabalho. In.: *Anais do 44 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*.

OELS, Martin. The ILO's Domestic Works Convention and Recommendation: a window of opportunity for social justice. *International Labour Review*, Vol. 153 (2014), No. 1.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalhadoras domésticas remuneradas na América Latina e no Caribe frente à crise do covid-19. BRIEF v 1.1. 12.06.2020

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Políticas de formalización del trabajo doméstico remunerado en América Latina y el Caribe. Lima, OIT, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, FORLAC, 2016. 52 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. C189&R201 em resumo. Palmigráfica - Artes Gráficas, Lda 2012.

POLGA-HECIMOVIH, John. Ecuador: estabilidad institucional y la consolidación de poder de Rafael Correa. Revista de ciencia política (Santiago), v. 33, n. 1, p. 135-160, 2013.

RÓNDAN, Karla Elisabeth Moncayo. Análisis histórico jurídico de las condiciones laborales del trabajador doméstico ecuatoriano. Tese de doutorado. Pontificia Universidad Católica del Ecuador Facultad de Jurisprudencia. Quito, Ecuador, 2014.

RUBIO, David Sánchez; ZÚÑIGA, Pilar Cruz. Desigualdades, asimetrías y explotación en el trabajo doméstico: Un atentado contra la libertad y la dignidad humanas en américa latina. ABYA-YALA: Revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas, v. 2, n. 3, p. 40-63, 2018.

SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 879, set. 2009.

THEMIS. Estudo CAP Brasil: traçando caminhos de valorização do trabalho doméstico remunerado. 2020a. Disponível em: <https://themis.org.br/wp-content/uploads/2020/07/ESTUDO-CAP-BRASIL-TRA%C3%87ANDO-CAMINHOS-PARA-VALORIZA%C3%87%C3%83O-DO-TRABALHO-DOM%C3%89STICO-REMUNERADO.pdf>

THEMIS. Novos atores, velhas questões? Uma análise sobre as agências, empresas e aplicativos de trabalho doméstico. 2020b. Disponível em: <http://themis.org.br/wp-content/uploads/2020/12/NOVOS-ATORES-VELHAS-QUEST%C3%95ES-PORTUGU%C3%8AS.pdf>

VIEIRA, Regina Stela Corrêa. 2020. Trabalho e cuidado no Direito: perspectivas de sindicatos e movimentos feministas. Estudos Avançados, 34(98), 57-72

